

ICMBio

Edição 454- Ano 11 - 02 de Fevereiro de 2018

em foco

ICMBio celebra o Dia Nacional das RPPNs

PÁGINA 10

Cemave retoma monitoramento na Rebio do Arvoredo

PÁGINA 2

Parque Nacional de Sete Cidades inaugura mirante

PÁGINA 8

ICMBio adere ao sistema de transporte TáxiGov

PÁGINA 16

Cemave retoma monitoramento na Rebio do Arvoredo

Acervo ICMBio



Leptotila rufaxilla capturada na Rebio Arvoredo

A equipe da Base Avançada de Santa Catarina do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave/ICMBio) deu início às atividades do projeto "Caracterização dos padrões de mudas em aves de Santa Catarina" na Reserva Biológica (Rebio) Marinha do Arvoredo. Esse projeto de iniciação científica vem sendo executado desde agosto de 2016, com capturas mensais de aves em redes de neblina na Estação Ecológica Carijós, em Florianópolis.

A muda de penas é evento importante na vida das aves, ocorrendo anualmente em Passeriformes, normalmente após a reprodução. De acordo com pesquisadores, aves no primeiro ano de vida podem se distinguir de outras idades por apresentarem plumagem diferenciada. É preciso, ainda, conhecer o padrão de troca de penas para cada espécie, o que também pode mudar a depender da região onde habita a espécie. A partir da caracterização da estratégia e extensão da muda, pode-se inferir sobre

a dinâmica populacional das aves, contribuindo para o monitoramento desses animais em unidades de conservação (UCs).

A REBIO

Localizada entre os municípios de Florianópolis e Bombinhas, a Rebio do Arvoredo protege os ecossistemas da região costeira ao norte da ilha de Santa Catarina, incluindo suas ilhas e ilhotas. A UC é composta por uma área marinha que circunda o arquipélago que abriga em seu interior as ilhas do Arvoredo, Galé, Deserta e Calhau de São Pedro, todas com remanescentes de Mata Atlântica, que servem como locais de nidificação para aves marinhas durante a reprodução.

Na Ilha do Arvoredo os pesquisadores puderam visualizar a ocorrência de muda de penas em espécies ainda não amostradas em Carijós. "Ainda não tínhamos observado os padrões de muda de penas em duas

espécies amostradas aqui na Rebio. Por se tratar de uma mata com sub-bosque denso e um pouco mais fechada pudemos capturar a juriti-gemeadeira (*Leptotila rufaxilla*), por exemplo, além de amostrar muitos indivíduos do sabiá-coleira (*Turdus albicollis*)", conta a bolsista PIBIC/CNPq, Ariane Ferreira.

Segundo a pesquisadora, as amostragens mensais na Esec Carijós ainda continuam, e neste mês de janeiro a equipe contou com novos voluntários. "O objetivo do estudo não é apenas monitorar aves em unidades de conservação, mas também difundir todo o conhecimento que temos adquirido nesses anos de pesquisa para estudantes e pesquisadores de áreas da biologia e afins. O intuito é que eles possam aplicar esse conhecimento em outras UCs", conclui Ariane.

Acervo ICMBio



Equipe do Cemave conta com o reforço do Programa de Voluntariado

Crianças participam do programa Férias Ecológicas em Fernando de Noronha

Acervo ICMBio



Atividades de Educação Ambiental ocorreram durante todo o mês de janeiro

Durante o mês de janeiro, crianças da ilha de Fernando de Noronha participaram do programa Férias Ecológicas, promovido pelo Núcleo de Gestão Integrado (NGI) de Fernando de Noronha e pelo Projeto Golfinho Rotador, com o patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental. O projeto de Educação Ambiental para as crianças da ilha durante o período de férias escolares oferece lazer e amplia a percepção dos jovens moradores sobre a conservação ambiental.

O programa Férias Ecológicas é realizado anualmente e o tema escolhido para as férias de 2018 foi "O que posso fazer por Noronha". A iniciativa promove diversas atividades educativas e recreativas, específicas para cada faixa etária. As ações, que ocorreram no Centro de Visitantes do ICMBio e em espaços ao ar livre, permearam o tema através da arte e das brincadeiras. O Férias Ecológicas aconteceu durante todo o mês de

janeiro, de segunda a sexta-feira, com saídas de barco nos sábados à tarde.

As famílias também participam, preparando lanches para os piqueniques ou ajudando a animar as atividades. As crianças e jovens monitores deram cores às camisetas com o tema das férias, se expressaram com a mímica das emoções, soltaram a imaginação e a criatividade contando histórias, relaxaram com atividades de automassagem e música clássica, beneficiaram sementes, plantaram na horta e aprenderam a identificar as aves da ilha.

ALCANCE SOCIAL

O programa Férias Ecológicas já é tradição em Fernando de Noronha. Criado em 1990, o projeto tem um grande alcance social, pois cria oportunidades de diversão e aprendizado para crianças e adolescentes noronhenses. "As atividades oferecidas impedem que

eles estejam entregues ao ócio em pleno verão. É durante esse período que os pais estão mais atarefados e, conseqüentemente, menos presentes na estrutura familiar, uma vez que o turismo representa a principal atividade socioeconômica da ilha", explica José

Martins da Silva Júnior, coordenador do Projeto Golfinho Rotador e servidor do NGI Noronha. Ainda segundo José Martins, uma festa vai acontecer neste sábado (3) para marcar o encerramento das atividades.



Expedição litorânea vai do Chuí ao Oiapoque

Acervo ICMBio



Esec do Taim, no extremo sul do Brasil, foi o ponto de partida da expedição

A Estação Ecológica do Taim, localizada no extremo sul do Brasil, é a primeira unidade de conservação a receber a Expedição Litorânea Corredor Chuí x Oiapoque, projeto do excursionista e montanhista Edson Sorrentino. Com apoio do ICMBio, Sorrentino percorrerá toda a costa brasileira. O trajeto, que parte da Barra do Chuí, no Rio Grande do Sul, e segue até o Cabo Orange, no Amapá, liga as UCs dos extremos sul e norte do país.

Segundo o chefe da Esec do Taim, Caio Eichenberger, que recebeu o excursionista em sua passagem pela unidade, o objetivo da expedição é verificar as possibilidades de traçado existentes entre as UCs próximas ao litoral, com o intuito de estabelecer uma trilha de longo curso em toda a costa brasileira.

CORREDOR OIAPOQUE X CHUÍ

Durante a expedição, Sorrentino passará por diversas unidades de conservação, privilegiando a escolha de trilhas regionais já existentes, como a Rota dos Faróis, o Caminho das Araucárias, a Trilha Transcarioca e o Caminho da Serra do Mar. A ideia é fortalecer esses

percursos e fomentar o desenvolvimento de outros que possibilitem, no futuro, a ligação dessas trilhas regionais para formar uma trilha de longo curso em nível nacional: a Trilha Corredor Oiapoque x Chuí.

Os equipamentos utilizados pelo aventureiro são uma mochila cargueira, uma pequena barraca com cerca de 2kg, alimentos e um fogareiro a gás. Além de aproximar a sociedade da natureza e das unidades de conservação, o fomento e o desenvolvimento de trilhas de longo curso possibilitam a conservação da biodiversidade, conectando diferentes paisagens naturais.

Edson Sorrentino é um experiente excursionista e montanhista brasileiro. Seu currículo de escaladas inclui o Pico da Neblina (2.995 metros), o Aconcágua (6.962 metros), o MontBlanc (4.808 metros) e o Monte Kilimanjaro (5.895 metros). Já realizou voltas a pé nas ilhas de Santa Catarina (SC) e Ilhabela (SP), além de diversas caminhadas por parques e reservas nacionais e estaduais, tendo percorrido as principais travessias do país.

Fiscalização flagra pesca submarina em Abrolhos

Acervo ICMBio



Uma denúncia anônima, no dia 22 de janeiro, levou a equipe de fiscalização do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos a apreender uma lancha rápida intitulada "Emanuel", de Vitória (ES), além de rádios de comunicação, GPS e diversos equipamentos de mergulho. Na embarcação estavam dois mergulhadores praticantes de caça submarina e um guia marítimo.

A pequena lancha, com apenas 5,60 metros, e de propriedade de outro mergulhador, possui camuflagem marinha e um potente motor mercury de 115 Hp, o que a torna praticamente invisível e de difícil abordagem, sendo também altamente adaptada para caça submarina. "Ela vinha sendo denunciada por pescadores de diversos municípios da região, tanto pelo tamanho como pela grande quantidade de pescado que chegava ao porto de Nova Viçosa, na Bahia. Além disso, a embarcação não contava com o nome gravado no barco e o número de inscrição em tamanho mínimo, o que dificultava sua identificação", explica o chefe do Parna dos Abrolhos, Fernando Repinaldo Filho.

AMEAÇA

A caça submarina representa uma grande ameaça à integridade dos recursos pesqueiros na região do Parque Nacional Marinho dos

Abrolhos, que abriga diversas espécies ameaçadas de extinção. Existem regras para esse tipo de pesca, como a necessidade do praticante possuir licença de pesca amadora e limite de quilos de peixe permitido por caçador.

A ação de fiscalização foi dificultada pelos autuados. Eles tentaram fugir assim que viram a lancha de fiscalização da UC e só foram alcançados a mais de 20 milhas náuticas (cerca de 50 km), nas proximidades de Nova Viçosa. "Na vistoria do GPS da embarcação foi verificada uma série de pontos de pesca, incluindo áreas dentro e fora do parque, em diferentes datas", conta Repinaldo.

AUTOS DE INFRAÇÃO

A fiscalização resultou em seis autos de infração, totalizando R\$ 83 mil em multas. Todos os materiais foram apreendidos e depositados na sede da UC, incluindo a lancha, o GPS, dois rádios de comunicação, oito arbalètes e diversos equipamentos de mergulho. Na lancha, foram encontrados 35,5 quilos de peixes diversos e quatro indivíduos constantes da lista de espécies ameaçadas de extinção. De acordo com a equipe do parque, as informações da autuação também foram repassadas à Capitania dos Portos para notificação e apuração das ações.

Parque Nacional de Sete Cidades inaugura mirante

Acervo ICMBio



Mirante Vale das Pedras é o mais novo atrativo da UC

O Parque Nacional de Sete Cidades, localizado no Piauí, inaugurou mais um atrativo para os visitantes: o Mirante Vale das Pedras. O local tem capacidade para 20 pessoas e fica situado a quase 40 metros de altura, proporcionando ao turista uma vista ampla dos diferentes grupos de formações rochosas, que, separados entre si, parecem formar pequenas “cidades”. A solenidade de inauguração contou com a presença de autoridades locais, parceiros e membros da comunidade.

“Esse mirante é só mais um dos lugares encantadores protegidos por essa unidade de conservação, que precisa ser explorado de forma sábia e consciente pelos visitantes”, ressaltou o chefe do parque, Waldemar Justo, durante a solenidade de inauguração. Em seu discurso, Waldemar agradeceu a parceria com a Associação de Condutores em Ecoturismo Meio Norte, que atua há mais de 20 anos na unidade. Segundo ele, o Mirante Vale das Pedras foi construído em parceria com o Par-



que Nacional de Ubajara. “Agora, temos dois mirantes para que o turista possa usufruir de belas paisagens ao passar por Sete Cidades”, complementou.

O presidente da Câmara de Turismo do Estado do Piauí, Erich Cordão, que participou da solenidade, ressaltou a importância de se valorizar o turismo e as belezas do Parna de Sete Cidades. “Esse lugar é um paraíso. Precisamos que todos (poder público municipal e estadual) invistam mais na divulgação e melhorias do parque”, defendeu. Ao final do evento de inauguração, ocorreu ainda um circuito de bikes, o Rally Cerapió.

SOBRE O PARQUE

Criado em 8 de junho de 1961, o Parque Nacional de Sete Cidades fica no município de Piracuruca, norte do Piauí, e protege aproximadamente 7 mil hectares de Caatinga. É famoso pelas formações rochosas que, separadas entre si, parecem formar pequenas “cidades”. A UC abriga também pinturas rupestres com cerca de 6 mil anos, conhecidas internacionalmente pela comunidade científica.

Fernando Tatagiba

Instituto celebra o Dia Nacional das RPPNs

Paulo de Araújo/MMA



Soavinski e Sarney assinam os documentos de criação de quatro novas RPPNs

Em comemoração ao Dia Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), celebrado na última quarta-feira (31), o ICMBio realizou uma cerimônia na sede da autarquia, em Brasília. Estiveram presentes no evento o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e o presidente do Instituto, Ricardo Soavinski, entre outras autoridades.

Além de celebrar a data especial, a ocasião oficializou a criação de mais quatro RPPNs: Contendas II, situada em Ituberá (BA), Sítio Lagoa, no município de Guaramiranga (CE), Cachoeira do Andorinhão, em Cambuí (MG), e Reserva Volta Velha - Pe. Piet Van Der Art, localizada em Itapoá (SC). A cerimônia serviu, ainda, para efetuar a entrega de 65 veículos para as unidades de conservação (UCs) do ICMBio.

Durante o evento, Sarney destacou a redução do desmatamento nas UCs, as mudanças na lei da Compensação Ambiental, a ampliação das contratações de brigadistas para as unidades e a possibilidade de aumentar a pro-

teção das áreas marinhas. “Queremos sair dos atuais 2% de preservação do território marinho para 8%”, ressaltou Sarney.

De acordo com o presidente do ICMBio, Ricardo Soavinski, a iniciativa dos proprietários de terra, que transformam suas áreas em RPPNs, mostra a disposição em contribuir com o país, com o planeta e com a biodiversidade. “Essa comemoração hoje tem o objetivo de valorizar os proprietários que, junto com o ICMBio, buscam a preservação da biodiversidade”, disse Soavinski. Ele também destacou os investimentos do ICMBio em infraestrutura, a exemplo da aquisição de veículos e equipamentos para melhorar as condições de trabalho nas unidades de conservação.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

A Lei 13.544, que instituiu o Dia Nacional das RPPNs, foi publicada no Diário Oficial da União no dia 19 de dezembro de 2017. O objetivo da data, segundo a Confederação Na-

Paulo de Araújo/MMA



Evento também oficializou a entrega de 65 novos veículos para as UCs do ICMBio

cional de RPPNs, é divulgar essa categoria de unidade de conservação e marcar o esforço que todos os proprietários de reservas empreendem em prol da preservação da natureza. As RPPNs, ainda segundo a Confederação, são uma importante contribuição da sociedade civil para a proteção do meio ambiente, pois divide com o governo o ônus da gestão.

Segundo o diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio, Paulo Carneiro, o Dia Nacional das RPPNs é mais do que merecido. “O Brasil está conseguindo ampliar o número de áreas protegidas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) pelo ato voluntário de proprietários de terras”, resalta Carneiro.

Atualmente, são 673 RPPNs federais, que representam aproximadamente 500 mil hectares de áreas protegidas. Somadas às reservas estaduais e municipais, o total fica em torno de 1.400 reservas e 750 mil hectares de áreas sob proteção. Os estados com maior número de RPPNs são (na ordem) Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Goiás. “A criação de uma unidade é o primeiro passo de uma longa parceria entre o proprietário e o ICMBio”, defendeu o diretor.

FUTURAS GERAÇÕES

Lúcio Machado, proprietário da Reserva Volta Velha - Pe. Piet Van Der Art, afirmou que a unidade é de extrema importância para a conservação das planícies costeiras. “Além de preservar a região norte de Santa Catarina,

também buscamos promover a educação e a pesquisa na região, por meio do nosso Centro de Pesquisa”. Lúcio conta que o ICMBio tem apoiado os proprietários de RPPNs com toda a parte burocrática que envolve documentação, entre outros processos. Segundo ele, essa parceria tem dado muito certo e é um ganho para a conservação ambiental.

Para Ricardo Brochado, coordenador geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação do ICMBio, “a RPPN é diferente das outras categorias de UCs, pois é a única em que o proprietário, por livre iniciativa, reconhece a importância ambiental de suas áreas, declarando-as para a conservação da natureza como um legado para as futuras gerações”, frisou o coordenador.

PRESERVAR A DIVERSIDADE BIOLÓGICA

As RPPNs foram criadas por decreto em 1990 e passaram a ser consideradas unidades de conservação no ano 2000, com a publicação da Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). “São mais de 1.400 reservas distribuídas em todo o território nacional, de todos os tamanhos (0,7 a 80 mil hectares), reconhecidas por pessoas físicas e jurídicas, e sempre com o mesmo objetivo: preservar a diversidade biológica para as presentes e futuras gerações”, afirma Luciano Souza, consultor ambiental do ICMBio.

NGI Alcatrazes realiza expedição de manejo do coral-sol

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) de Alcatrazes, no litoral norte de São Paulo, realizou a III Expedição de Manejo do Coral-Sol. A ação, que contou com o apoio da WWF-Brasil, ocorreu entre os dias 19 e 21 de janeiro na Estação Ecológica (Esec) Tupinambás e no Refúgio de Vida Silvestre (Revis) de Alcatrazes, unidades de conservação (UCs) que compõem o NGI.

Durante a expedição foram retiradas mais de 20 mil colônias das duas espécies de coral-sol presentes nas unidades: *Tubastraea taguensis* e *Tubastraea coccínea*, predominando a primeira espécie. Ambas têm grande potencial invasivo, prejudicando a manutenção dos corais nativos e toda a biodiversidade marinha associada.

HISTÓRICO

O coral-sol foi identificado na Esec Tupinambás em 2011, durante os levantamentos de campo para a construção do Plano de Manejo

da unidade. Considerando o potencial invasor da espécie e a infestação ainda em estágio inicial, a UC lançou em 2013 um projeto para mapear a ocorrência e controlar a população de coral-sol por meio da retirada manual.

De acordo com a equipe do NGI Alcatrazes, de 2013 até agora já foram retiradas mais de 65 mil colônias da espécie invasora. Ainda segundo informações do NGI, as colônias de coral-sol na Esec Tupinambás e no Revis de Alcatrazes estão dispersas em pequenas concentrações no infralitoral, principalmente nas faces das ilhas voltadas para o continente.

Além da WWF-Brasil, a III Expedição contou com a presença de voluntários, parceiros do Projeto Mantas do Brasil, equipe da Esec Tamoiós e representantes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp Baixada Santista).



Equipe da III Expedição de Manejo do Coral-Sol



Leo Francini

Durante a operação foram retiradas mais de 20 mil colônias da espécie invasora



III SEMINÁRIO DE BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

I FÓRUM INTERNACIONAL DE PARCERIAS NA GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Parceria em prol da regularização fundiária em UCs do Amazonas

Sociedade civil e organizações representativas de populações tradicionais lutam há muitos anos pela resolução de problemas relacionados a disputas e indefinições fundiárias em unidades de conservação (UCs) de uso sustentável do Amazonas. Diante desse cenário, surgiu em 2012 a iniciativa intitulada “Fórum Diálogo Amazonas”, conduzida pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). A boa prática reúne periodicamente órgãos responsáveis pela regularização fundiária no estado, entidades e representantes comunitários para discutir e encaminhar soluções de problemas, exercendo o controle social de políticas públicas relacionados à temática fundiária em UCs de uso sustentável do Amazonas.

De acordo com André Tomasi, do IEB, por ser a regularização fundiária um processo lento e complexo, antes de o Fórum ser implementado as comunidades tradicionais se viam excluídas dos seus direitos territoriais mais básicos e do acesso a políticas públicas, o que afetava as possibilidades de desenvolvimento econômico e geração de renda para essa população.

CONTENÇÃO DO DESMATAMENTO

Grande parte das UCs foi decretada como política de contenção do desmatamento e de justiça ambiental em áreas de expansão da fronteira agropecuária. “Ao instaurarmos o Fórum, demos início a um ciclo virtuoso de busca de soluções para a regularização fundiária

em benefício das comunidades. Em apenas dois anos, com a mediação do Ministério Público Federal e da assessoria jurídica da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, foram construídas saídas jurídicas inovadoras que favoreceram a regularização fundiária das terras estaduais em seis UCs federais”, explica Tomasi.

Além disso, em 2014 foram assinados Contratos de Concessão de Direito Real de Uso pelo então governador do Amazonas, José Melo, em nome de seis associações representativas de comunidades residentes em reservas extrativistas, resultado de dois anos de diálogo e negociação com órgãos fundiários federais e estaduais. André Tomasi destaca que o principal diferencial dessa prática foi a abordagem metodológica, que o IEB vem chamando de construção de “espaços públicos socioambientais”: “Nessa concepção, o espaço público passa a existir a partir do momento em que vários atores sociais, com interesses diversos, aceitam que o enfrentamento dos problemas socioambientais que os afetam deve ser feito por meio do debate coletivo e da busca de soluções socialmente construídas. Com isso, os atores aderem a um espaço de negociação e discussão, deixando de privilegiar soluções individuais”, ressalta.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA INICIATIVA ‘FÓRUM DIÁLOGO AMAZONAS’

1) Com a homologação dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso em seis unidades de conservação (Reservas Extrativistas

Arquivo ICMBio



Médio Juruá, Baixo Juruá, Auati-Paraná, Rio Jutai, Rio Unini e Médio Purus), 1.468 famílias foram beneficiadas.

2) Garantia de segurança fundiária, impedindo a disputa de territórios entre supostos proprietários ou grileiros de terras públicas e as populações tradicionais residentes nas UCs.

3) Promoção do acesso a políticas públicas, uma vez que a regularização fundiária era uma das condições para o acesso ao fomento da produção agroextrativista.

4) Consolidação das UCs, com ganhos evidentes para a conservação da biodiversidade.

5) Ações coordenadas e complementares, superando a fragmentação interna da atuação governamental. O resultado foi a construção de uma agenda comum, focada e estruturante.

6) Com a construção de um novo paradigma na ação de regularização fundiária, o Fórum Diálogo Amazonas ousou “legislar” onde até então ninguém se atrevia a fazê-lo. Isso foi possível pela vontade política dos atores envol-

vidos e pela abertura de posturas e posicionamentos institucionais até então cristalizados ou intransponíveis.

7) Promoção do estímulo ao aprendizado institucional por meio do qual os atores aprenderam a entender melhor e superar amarras do poder público, fazendo a autocritica de suas posições e atribuições.

8) Participação das organizações representativas das UCs, com intervenção qualificada e politicamente engajada desses sujeitos.

9) Construção de uma política pública para regularização fundiária em estados onde situações podem ser replicadas.





TÁXIGOV

A NOVA SOLUÇÃO PARA OPERAÇÃO,
GESTÃO E MONITORAMENTO DO
SERVIÇO DE TRANSPORTE ADMINISTRATIVO.



Para mais informações acesse www.planejamento.gov.br/taxigov



ICMBio adere ao sistema de transporte TáxiGov

Com o intuito de facilitar os deslocamentos de servidores lotados no Distrito Federal, o ICMBio acaba de aderir ao TáxiGov, novo sistema de transporte gerenciado pelo Ministério do Planejamento. A ferramenta já está disponível para download na Play Store (Android), App Store (IOS) e Windows Store (Windows Phone), podendo ser acessado também pelo portal www.taxigov.gov.br ou pela central telefônica (4007-2981).

Além reduzir o gasto público, com economia estimada em R\$ 20 milhões por ano, o TáxiGov tem o objetivo de melhorar os serviços prestados aos usuários. "Atualmente, o sistema já conta com 550 veículos cadastrados e mais 300 aguardando cadastro", ressalta Rodrigo Ribeiro, técnico da Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação (CGATI/Diplan), setor do ICMBio responsável pela gestão da ferramenta. Segundo Ribeiro, o TáxiGov oferece ampla cobertura em todo o Distrito Federal, com no máximo 15 minutos de espera para cada atendimento.

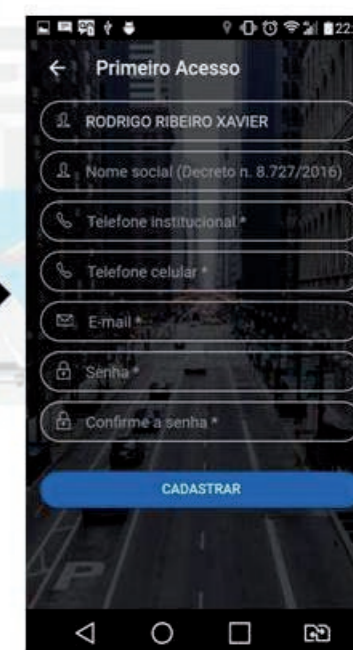
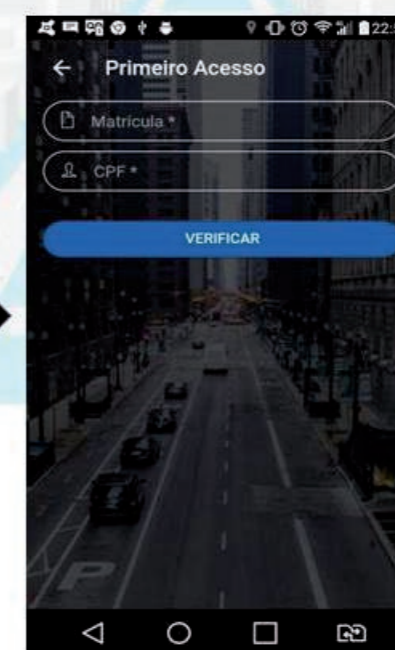
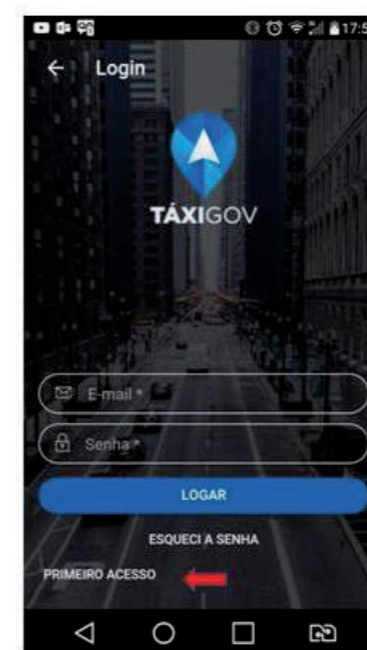
TEMPO REAL

Os usuários do novo sistema poderão acompanhar o táxi em tempo real pelo aplicativo

ou pelo portal. A ferramenta disponibiliza, ainda, um recibo eletrônico com dados sobre a corrida. De acordo com informações da CGATI, durante a fase de implementação somente servidores estão autorizados a utilizar o serviço TáxiGov, que deve ser estendido posteriormente aos funcionários terceirizados. Cabe salientar que o sistema é exclusivo para transporte em função de atividades administrativas, sendo vedado o uso para demais deslocamentos (residência, aeroporto, etc).

SERVIÇO:

Os vídeos a seguir apresentam instruções para o primeiro acesso ao sistema (<https://goo.gl/RHAXjz>) e para solicitação de corrida (<https://goo.gl/dJ4Yku>). Mais informações sobre o TáxiGov podem ser encontradas no portal do Ministério do Planejamento: <https://goo.gl/R1ZxYt>. Para sanar quaisquer dúvidas, entre em contato com a equipe da CGATI/Diplan: Rodrigo Ribeiro (ramal 9473), Manoel Novo (ramal 9569), Ana Maria (ramal 9376), Michele Ferro (ramal 9793).



Espaço Fiscalização

CGPRO anuncia substituição do antigo modelo de Plano de Proteção pelo PFIS

A Coordenação Geral de Proteção (CGPRO) informa que o antigo Plano de Proteção foi substituído pelo Plano de Fiscalização Simplificado (PFIS), ferramenta em formato de planilha de fácil preenchimento e extremamente prática para visualização das atividades prioritárias. O PFIS auxilia não só os gestores das UCs, mas também as Coordenações Regionais e a CGPRO, facilitando o entendimento acerca da dinâmica da fiscalização nas unidades descentralizadas.

Além de simplificar o processo de construção e elaboração do Plano de Fiscalização, essa substituição de ferramentas busca integrar o contexto amplificado da proteção, que inclui o diagnóstico e a análise dos recursos e valores – elaborados no âmbito do Plano de Manejo e da avaliação do SAMGe – e a incorporação de informações estratégicas de proteção e fiscalização.

Assim, o PFIS será a ferramenta-base para proposição de planejamentos no Planaf e avaliação dos mesmos pela CR e CGPRO, possibilitando uma visão holística e simplificada da situação da unidade de conservação com relação à sazonalidade de suas principais ameaças, além de estabelecer o registro de informações importantes (construindo um histórico), apoiar o gestor nas aprovações de atividades prioritárias e as equipes de fiscalização (internas e externas), dar suporte ao coordenador da atividade de fiscalização e ser

uma complementação de informações do Plano de Manejo e SAMGe.

CALENDÁRIO CONJUNTO

Como parte final do processo de planejamento, as ações de rotina e as operações deverão ser detalhadas no Planaf. Por isso, o Planaf e o PFIS seguirão um calendário conjunto que deverá ser revisado anualmente, de preferência com envolvimento de toda a equipe gestora da UC.

Para saber mais sobre o novo modelo acesse a Intranet (CGPRO > COFIS > Ferramentas do processo fiscalizatório) ou o Processo SEI 02070.012367/2017-24, Memorando 10 (2252373), onde se encontra o tutorial de preenchimento e trâmite do PFIS, que deverá ser lido pelos gestores antes do início da utilização do Plano de Fiscalização.



Nova ferramenta servirá de base para o Planaf e auxiliará os gestores das UCs

Curta

Revista BioBrasil prorroga prazo para submissão de artigos sobre caça



A revista BioBrasil prorrogou até o dia 28 de fevereiro o prazo para submissão de artigos com o tema "Caça: subsídios para gestão de unidades de conservação e manejo de espécies". A Biodiversidade Brasileira (BioBrasil) é uma publicação eletrônica do ICMBio que tem o objetivo de fomentar discussões e disseminar experiências e desafios em conservação e manejo, com foco em áreas protegidas e espécies ameaçadas. A próxima edição da revista tem previsão de lançamento para o segundo semestre de 2018. Saiba mais sobre a BioBrasil: <https://goo.gl/nqw9mT>.

Principais tópicos de interesse:

- Aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados à caça
- Efeitos da caça na biodiversidade e ecossistemas

- Sustentabilidade da caça em áreas protegidas
- A caça para o manejo da fauna cinegética: experiências, estratégias e metodologias
- Caça como instrumento de controle de espécies exóticas invasoras
- Caça esportiva como mecanismo financeiro de apoio à conservação
- Particularidades da caça nos diferentes biomas e regiões do Brasil
- Legislação relacionada à caça
- Relatos históricos da caça no Brasil
- Perspectivas para o futuro do tema no Brasil

Interessados podem esclarecer suas dúvidas com a analista ambiental Fernanda Oliveto (Copeg/Dibio), no ramal 9306.

Programa de Voluntariado do ICMBio lança calendário para 2018

Foram lançados esta semana os calendários do Programa de Voluntariado do ICMBio para o primeiro semestre de 2018 e para o mês de fevereiro. Os calendários, elaborados pela voluntária Júlia Vasaki, podem ser utilizados como papel de parede no computador.

Produzidos com as imagens selecionadas no concurso fotográfico promovido pelo Programa de Voluntariado do ICMBio em 2017, os calendários podem ser baixados na página do Programa no site do ICMBio: <http://www.icmbio.gov.br/portal/sejaumvoluntario>

Brasil publica lista de espécies migratórias com captura proibida por convenção internacional

Toninha (*Pontoporia blainvillei*), tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), pássaro-preto-veste-amarela (*Agelaius flavus*), baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*), peixe-boi-da-amazônia (*Trichechus inunguis*): essas são algumas das 647 espécies migratórias silvestres que necessitam de proteção por sofrerem algum grau de ameaça de extinção. Elas integram uma lista inédita no país, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Diário Oficial da União do dia 24 de janeiro: <https://goo.gl/8buJHq>.

A relação completa inclui espécies de baleias e golfinhos, além de tartarugas, aves e morcegos, que necessitam de medidas destinadas à conservação e restauração dos habitats. O instrumento legal brasileiro atende às decisões aprovadas durante a 12ª Convenção sobre Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), realizada em Manila, Filipinas, de 23 a 28 de outubro do ano passado.



Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*): proteção internacional

Resex Tapajós-Arapiuns (PA)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Nana Brasil

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Bruno Bimbato

Supervisora da DCOM

Márcia Muchagata

Colaboraram nesta edição

Izabela Marinho – CGPRO/Diman; Rodrigo Ribeiro – CGATI/Diplan; José Martins da Silva – NGI Noronha; Carla Oliveira – DCOM; Ramilla Rodrigues – DCOM; Lorene Lima – DCOM; Caio Eichenberger – Esec do Taim; Fernando Repinaldo – Parna dos Abrolhos; Camile Lugarini – Cemave; Waldemar Justo – Parna de Sete Cidades.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



@icmbio



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



@icmbio



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

